

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

CAMILA YUKIE CARNEIRO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Uma perspectiva econômica



ARARAQUARA – S.P.
2014

CAMILA YUKIE CARNEIRO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Uma perspectiva econômica

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sartoris Neto

**Banca Examinadora: Prof. Dr. Sebastião Neto
Ribeiro Guedes**

ARARAQUARA – S.P.
2014

CAMILA YUKIE CARNEIRO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Uma perspectiva econômica

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sartoris Neto

**Banca Examinadora: Prof. Dr. Sebastião Neto
Ribeiro Guedes**

Data da entrega: 29 / 08 / 2014

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sartoris Neto
Universidade Estadual Paulista

Membro Titular: Prof. Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes
Universidade Estadual Paulista

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus por me conceder o dom da vida e por me conduzir nos caminhos corretos.

Também aos meus pais, José César e Márcia, que me ensinaram os verdadeiros valores e fizeram de tudo para prover muito mais que eu necessitava.

Não posso deixar de agradecer de forma muito especial, ao meu eterno namorado, hoje marido Renan Tafuri que me faz feliz todos os dias e suportou minha ausência nesse período que estive mergulhada nos estudos. Ao meu filho, Francisco, que trouxe uma nova luz e me fez descobrir o sentido do amor incondicional.

A todos os amigos que fiz na cidade de Araraquara que me garantiram uma experiência de vida inesquecível, dentre os quais não posso deixar de lembrar daquelas que são muito mais que amigas, são minhas irmãs escolhidas: Carina Sacchi, Livia de Souza e Ingrid Toledo.

Por fim agradeço aos professores Dr. Alexandre Sartoris Neto e Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes, que aceitaram orientar e examinar meu trabalho no último instante com muita compreensão e atenção.

RESUMO

Este presente trabalho apresenta a trajetória das políticas públicas educacionais aplicadas no Brasil, com estudos de taxa de retorno da educação, índices como IDH e PIB, gráficos sobre a tal evolução e comparação entre países. Com base na Teoria do Capital Humano e de seus principais autores, Schultz, Becker e Mincer e na atuação e incentivo das Organizações Internacionais. O estudo conclui que apesar da educação brasileira estar atrasada comparada a outros países, políticas educacionais aplicadas através de principalmente programas sociais tem mudado sua realidade, ainda que lentamente.

Palavras – chave: Educação, Teoria do Capital Humano, Organizações Internacionais

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Componentes do IDH de 2005	31
Gráfico 2	Percentual do investimento público total em relação ao Gasto Público	41
Gráfico 3	Percentual do investimento público total em relação ao Produto Interno Bruto	41
Gráfico 4	Taxa de analfabetismo populacional	42
Gráfico 5	Frequência escolar por faixa etária	43
Gráfico 6	Distribuição percentual por grupos de anos de estudo	44
Gráfico 7	Média de anos de estudo da população	44
Gráfico 8	Média de anos de estudo de pessoas de 18 a 24 anos por quintos de rendimento	45
Gráfico 9	Evolução da matrícula na educação superior de graduação por categoria administrativa – Brasil 1980 - 2012	46
Gráfico 10	Evolução da matrícula na educação superior na rede pública por categoria administrativa – Brasil 1980 - 2012	47
Gráfico 11	Evolução dos resultados do IDEB	48
Gráfico 12	Percentual do investimento em educação em relação ao gasto público social – Comparação Internacional (1995, 2000, 2008)	50
Gráfico 13	Percentual do investimento público total em relação ao Produto Interno Bruto – Comparação Internacional (2000, 2008)	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	TIR média (em %)	49
-----------------	------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
IFC	Corporação Financeira Internacional
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
ICSID	Centro Internacional de Arbitragem de Disputas sobre Investimentos
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
PISA	<i>Programme for International Student Assessment</i>
INEP	Instituto Nacional e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
DDHEE	Departamento de Desenvolvimento Humano, Educação e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PPC	Poder Paridade de Compra
CNPE	Centro Nacional de Pesquisas Educacionais
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
SAEB	Sistema de Avaliação do Ensino Básico
ENEM	Exame Nacional Ensino Médio
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MEC	Ministério da Educação
PAR	Plano de Ação Articulada
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissionais da Educação

REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
FIES	Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior
FHC	Fernando Henrique Cardoso
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TEORIA DO CAPITAL HUMANO	13
2.1 As origens da Teoria do Capital Humano	13
2.2 Principais estudos sobre a Teoria do Capital Humano	14
2.2.1 Theodore Schultz	14
2.2.2 Jacob Mincer	16
2.2.3 Gary Becker	17
2.3 Capital Humano e Políticas Públicas Educacionais	19
3 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	20
3.1 Organizações Internacionais e a Educação	20
3.1.1 Banco Mundial, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD e o Fundo Monetário Internacional - FMI	21
3.1.2 Organização das Nações Unidas – ONU	22
3.1.2.1 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD	24
3.1.2.2 Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO	25
3.1.2.3 Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF	26
3.1.3 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE	26
3.1.4 Organização dos Estados Americanos - OEA	27
3.1.5 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL	28
3.1.6 Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID	29
3.2 Indicadores do Desenvolvimento	30
3.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	30
3.2.2 Relação entre Educação e Desenvolvimento através do IDH	31
4 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	33
4.1 Origens da Educação no Brasil	33
4.2 Políticas Educacionais Recentes	37
4.3 Mapa da Evolução Educacional Brasileira	40

4.4 Estudo sobre a Taxa de Retorno da Educação no Brasil	48
4.5 Comparativo Gasto Público em Educação no Brasil e no Mundo	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERENCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O termo capital humano tem sido empregado constantemente em diferentes áreas do conhecimento científico, nos discursos políticos e no cotidiano dos indivíduos dos vários segmentos da sociedade, segundo Moretto (1997). A definição literal atual, segundo Sandroni (2010) está em:

Capital Humano é o conjunto dos investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. O índice de crescimento do capital humano é considerado um dos indicadores do desenvolvimento econômico. O termo é usado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o conceito de capital humano corresponde ao de capacidade de trabalho. (2010, p.80)

Entretanto, muito antes do termo ser oficializado na Teoria do Capital Humano na década de 50, Adam Smith (1996) no século XVII, o capital humano assume a forma de fator de produção e passa a ser objeto de debate e estudo, e ainda em 1890, Marshall defende que a educação é responsabilidade do estado e da família, e discorre sobre a qualidade e habilidades do indivíduo. E partir de então, diversos pesquisadores passam a apontar a importância da educação para o crescimento e desenvolvimento econômico, esse tema se oficializou e ganhou força com os estudos de Theodore Schultz, Gary Becker e Jacob Mincer, nas décadas de 50 e 60.

A ideia fundamental dessa teoria é que o trabalho corresponde a mais do que apenas um fator de produção, devendo ser considerado um tipo de capital: o capital humano. Esse capital é tão mais produtivo quanto maior for sua qualidade, e esta é dada pela intensidade de treinamento técnico-científico e gerencial que cada trabalhador adquire ao longo de sua vida. Assim, a melhoria da qualidade do capital humano não apenas melhora o desempenho individual de um trabalhador e sua remuneração, como é fator decisivo para a geração de riqueza e de crescimento econômico. Por essa razão, políticas que visam elevar a qualidade do capital humano são vistas como preferidas e mais eficazes para reduzir níveis de pobreza e de

desigualdades sociais, assim como promover o desenvolvimento humano, de acordo com Castro (2006).

Conforme a educação foi ganhando mais notoriedade nos estudos econômicos, principalmente através da Teoria do Capital Humano, formou-se uma plêiade de especialistas, os quais se difundiram por centros de investigação, em revistas especializadas, em colóquios, em documentos, em negociações de sindicatos com empresas, serviram de suporte às decisões públicas, até influenciar a opinião pública e na construção de políticas educativas, conforme Ambrósio (2006).

Após a Segunda Guerra Mundial, foram criadas organizações internacionais com objetivo de reconstrução, financiamento, cooperação e acordos entre os países, das quais podemos destacar o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas, entre outras. Para Bendrath (2008), seguindo a tendência mundial desde as décadas de 50 e 60, o interesse desses órgãos cresce em relação ao gerenciamento e elaboração de propostas na área da educação, principalmente em países em desenvolvimento.

Também no Brasil, a partir da década de 1960, surgem estudos dedicados a estimar os retornos aos investimentos em educação e a sua importância como ferramenta política. Com resultados consistentes entre si e não muito diferentes daqueles feitos em outros países, confirma-se que pessoas com níveis mais altos de educação têm maior probabilidade de receber salários mais elevados. Estes resultados se repetem ao longo do tempo e até os dias atuais essa taxa de retorno tem sido elevada, conforme estudo de Barbosa Filho e Pessoa (2008).

2 TEORIA DO CAPITAL HUMANO

Estudos sobre os efeitos da educação sobre o crescimento econômico se intensificaram nos anos 50 e 60, segundo Barbosa Filho e Pessoa (2010), devido a quatro motivos: o primeiro foi de natureza macroeconômica, os trabalhos de Solow da década de 50 indicaram que o crescimento do produto norte americano foi maior que o aumento da oferta dos fatores de produção, trabalho e capital, sendo essa diferença chamada de Resíduo de Solow e poderia ser atribuída ao progresso técnico ou à acumulação de outros fatores que não tinham sido capturados, sendo um possível fator a elevação da escolaridade e experiência do trabalhador através de treinamentos. Os estudos de Schultz também se enquadram nessa visão macroeconômica. Já o segundo foi de avaliação de política econômica, para Becker (1962) diante à escassez de recursos é importante que o responsável pela decisão política tenha uma avaliação do retorno da educação. O terceiro foi a necessidade de compreender melhor as irregularidades associadas ao mercado de trabalho. E finalmente o quarto foi relacionar a desigualdade de renda com educação, principalmente através de Mincer (1958).

2.1 As origens da Teoria do Capital Humano

Antes do Capital Humano, propriamente dito com essa nomenclatura, surgir é possível encontrar seus indícios nas teorias de Adam Smith e Alfred Marshall e nos estudos de Irving Fisher, segundo Saul (2004).

Em 1776, Adam Smith em “A Riqueza das Nações” se aproxima do que futuramente passaria a compor a Teoria do Capital Humano. Para ele, como o estado possui poucas funções e cabe ao indivíduo tomar a iniciativa de melhorar sua condição e prosperar.

O esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição, quando sofrido para exercer-se com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso, que ele é capaz, sozinho e sem qualquer ajuda, não somente de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstacula seus atos. (SMITH, 1776, p.49)

Já Alfred Marshall (1890), em “*Principles of Economics*”, defende a ideia de riqueza ser composta por coisas desejáveis e dividiu-a em dois tipos de bens: materiais e imateriais. O primeiro são como o próprio nome diz coisas físicas, palpáveis. Já o segundo, são todas as qualidades e habilidades do indivíduo. Ao adquirir conhecimento, ou seja, desenvolver esses bens imateriais o trabalhador se torna mais confiante na execução de suas tarefas. A educação é uma responsabilidade do Estado e dos familiares, cabendo à esses últimos a missão de conscientização dos benefícios do conhecimento e o seu incentivo, além de investir uma parte de seus ganhos na educação de suas crianças.

Irving Fisher, segundo Saul apud Blaug (2004), adotou a Teoria do capital de Walras, que considera capital “[...] todo o conjunto de riquezas existentes em um determinado tempo e que possibilitam o fluxo de serviços nesse tempo, trate-se da terra, das máquinas, das matérias primas, de recursos naturais e das qualidades do homem. O Fluxo de serviços durante um período de tempo consistiria na renda.” (SAUL, 2004, p.231), e em seus estudos sobre a escolha do indivíduo e o custo de oportunidade de não despendar nada com educação na atualidade para usufruir de seu rendimento atual.

2.2 Principais estudos sobre a Teoria do Capital Humano

Ao final dos anos 50 e primeira metade dos anos 60, diante a constatação de o fator trabalho não ser um fator de produção invariável, economistas passam a considerar o papel da educação em seus estudos. Theodore William Schultz, seguido por outros estudiosos entre eles Gary Becker (1962) e Jacob Mincer (1958, 1974), formaliza a Teoria do Capital Humano defendendo o conhecimento como forma de capital e a decisão de investir na capacitação passa a ser do indivíduo ou das partes interessadas para melhorar a produtividade.

2.2.1 Theodore Schultz

Especialista em economia agrícola e então presidente da Associação Americana de Economia, Theodore William Schultz, em dezembro de 1960, segundo SAUL (2004), proferiu um discurso no encontro da mesma buscando estabelecer a substância do capital humano e suas condições de formação, defendendo que a resolução de muitos paradoxos e confusões

acerca da dinâmica de crescimento econômico dos Estados Unidos pode estar na capacitação do indivíduo. Em sua avaliação, o investimento em capital humano deveria ser considerado diferente de consumo, tanto como em qualidade e em quantidade. Para mensurar o capital humano, Schultz (apud Saul) destaca algumas atividades que promovem a capacidade humana:

- Investimentos em serviços de saúde, com eles ocorre um aumento na expectativa de vida e uma melhora na vitalidade das pessoas.
- Treinamentos fornecidos pelas próprias empresas, com o intuito de desenvolver o trabalhador em suas funções.
- Educação formal, em todos os níveis – primário, secundário e terciário.
- Programa de educação para adultos, fora das empresas, incluindo programas de extensão, principalmente na agricultura.
- Processo de migração de indivíduos e famílias em busca de oportunidades de emprego, em constante transformação.

Schultz propõe que a decisão de investir na capacitação do trabalhador passa a ser uma deliberação individual ou as partes envolvidas interessadas em melhorar a produtividade.

Diante às transformações ocorridas na agricultura entre os anos de 1956 e 1960, Schultz (1973) destaca a importância da educação como forma de investimento com o intuito de preparar os indivíduos para enfrentar as mudanças de desequilíbrios econômicos e analisa a formação do trabalho como capital, produto de investimento e não mais como meio de produção. Concentra sua metodologia em três fatores: Cálculo do nível de educação da população como um todo e da economicamente ativa no período de 1929 a 1957 através dos custos com educação; cálculo relativo ao aumento de renda como reflexo das melhorias educacionais e cálculo da aplicação da educação para o aumento da produtividade e do crescimento econômico dos Estados Unidos. E constatou:

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimento, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, sem parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente

comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para a assinalada diferença. (SCHULTZ, 1973, p 31)

Schultz observou que o crescimento do produto foi maior que o crescimento em terras, homens-hora e capital físico e o investimento em capital humano seria capaz de explicar grande parte dessa diferença. A diferença salarial entre grupos, raças e estados norte americanos também seria explicado por esse investimento através dos anos de estudo desses indivíduos. Ao relacionar a educação com crescimento econômico, afirma que países pobres com capital humano escasso seriam limitados ao crescimento por desconhecer o melhor uso do investimento em capital físico.

Assim, formalizou a Teoria do Capital Humano e foi considerado o formulador da ideia por suas colocações sobre o fator humano e recebeu o Premio Nobel em Economia em 1979.

2.2.2 Jacob Mincer

Jacob Mincer estudou o capital humano de uma forma mais econométrica, focou a questão da desigualdade da renda pessoal e contribuiu para redirecionar a análise econômica para a função de produção por meio de um modelo no qual diferenciais de ganhos inter e intra-ocupacionais seriam explicados com base no investimento em capital humano, segundo Moretto (2000).

Diante aos benefícios derivantes de aquisições ou desenvolvimentos através de instrução formal ou informal se concretizarão, os custos desse processo serão vistos como investimento, ou seja, toda forma de como o individuo recebe conhecimento é considerada investimento, e podem ser analisados da mesma forma que se analisa o capital físico. Assim, Mincer propõe estimar a taxa de rendimento da instrução conforme:

$$\ln Y_i = \ln Y_0 + \beta_1 S_i + \beta_2 X_i + \beta_3 X_i^2 + \beta_4 S_i X_i + u_i$$

$$i = 1, 2, \dots, n$$

onde:

$\ln Y_0$ = logaritmo natural dos rendimentos do individuo sem instrução;

$\ln Y_i$ = logaritmo natural dos rendimentos do individuo i ;

S_i = anos de escolarização ou instrução formal do individuo i ;

X_i = anos de experiência no mercado de trabalho do individuo i ;

β_1 = taxa de retorno à escolarização;

β_2 = coeficiente que reflete o retorno positivo para a experiência;

β_3 = coeficiente do quadrado da experiência (X^2), o qual produz um perfil rendimentos-idade que é côncavo para abaixo (Smith, 1994 apud Moretto, 2000)

β_4 = coeficiente que reflete o retorno positivo dos perfis experiência e rendimentos para os mais escolarizados;

u = termo de erro residual.

Os rendimentos ao longo da vida tendem a aumentar de forma crescente na primeira fase da vida produtiva; a aumentar de forma decrescente numa segunda fase para, depois, se manter praticamente constantes.

Mincer, segundo Saul (2004), concluiu provisoriamente que a dispersão dos rendimentos entre as diferentes ocupações deveria estar relacionada positivamente ao volume do investimento em capital humano feito nelas. A função minceriana de determinação de rendimentos individuais tem sido amplamente utilizada como forma de verificação empírica da teoria do capital humano.

2.2.3 Gary Becker

Becker avalia o investimento ótimo em educação através da ótica social. Uma evidência de sub-investimento em educação seria a superioridade da taxa de retorno da educação em relação à taxa de retorno do capital físico. Também aponta que habilidade e educação são complementares, assim quanto maior a qualidade dos estudantes, maior seria a taxa de retorno da educação.

Seus estudos partem do pressuposto que os indivíduos, ao relevar os custos e benefícios, decidem investir em educação, treinamento, assistência médica, aperfeiçoamento ao conhecimento já existente e saúde. Cultura e outros ganhos não monetários são incluídos

nos benefícios relevados e os custos normalmente são dependentes do valor obtidos mediante o tempo gasto nesse investimento, a taxa de desconto intertemporal. E afirma:

Entretanto, eles produzem capital humano, não físico ou financeiro, porque você não pode separar a pessoa do seu conhecimento, habilidade, saúde ou valores da maneira como é possível mover bens financeiros e físicos enquanto seus donos permanecem onde estão. (Becker 1964 apud Petrini et al 2010)

Segundo Nakabashi e Figueiredo (2005), entre os objetivos de Becker estavam a explicação do padrão de rendimento dos trabalhadores e da distribuição de renda, além de fornecer uma explicação lógica para os seguintes fatos: os rendimentos, normalmente, aumentam com a idade e em taxas decrescentes, tendendo a ser positivamente relacionados com o nível de qualificação do indivíduo; taxas de desemprego tendem a ser negativamente correlacionadas com o grau de qualificação; firmas de países com desenvolvimento menor tendem ser mais paternalistas com empregados do que os com maior; pessoas mais jovens mudam de emprego com mais frequência e se beneficiam com os investimentos educacional, tanto por parte das empresas quanto fora delas; a distribuição de rendimentos é positivamente inclinada dada a incorporação de habilidades, especialmente entre profissionais e outros trabalhadores qualificados; indivíduos com mais habilidades recebem mais investimentos em educação e treinamentos; a divisão do trabalho é limitada à extensão do mercado; e o investidor típico de capital humano é mais impetuoso e, portanto, mais propenso a cometer erros, em relação ao investidor típico de capital físico.

Para Becker, segundo Petrini et al (2010), o treinamento no trabalho tem como característica aumentar a produtividade marginal futura dos trabalhadores, criando assim uma conexão entre os rendimentos e gastos presentes e futuros. Ainda nesse sentido, pode ser estabelecer uma diferença entre treinamento geral e específico. O primeiro pode ser utilizado em várias empresas, aumentando tanto para a empresa atual como as demais e diante disso as empresas só forneceriam essa categoria de treinamento se não tivesse que arcar com as despesas, uma vez que o mercado é competitivo. Já o segundo, é caracterizado por aumentar a produtividade por trabalhador especificamente na mesma empresa, excluindo as demais e assim, os custos desse tipo de treinamento são assumidos pela empresa.

2.3 Capital Humano e Políticas Públicas Educacionais

As políticas públicas educacionais são um conjunto de ações, decisões e diretrizes sob o controle do Estado, que permeiam cada vez mais a economia do país, sendo vistas como um investimento que trará retorno financeiro. A Teoria do Capital Humano é a base de muitas políticas educacionais atuais, nas quais tem o ensino voltado e organizado para o trabalho buscando desenvolver a capacidade profissional do indivíduo com o intuito de gerar um desenvolvimento econômico sustentável.

Segundo Moretto (1997), com a difusão e o emprego da Teoria do Capital Humano ocorreu um aumento na atenção dos governos e da iniciativa privada incentivando um aumento significativo nos gastos em educação e em qualificação profissional dos indivíduos. Um dos fatores responsáveis para isso foi a expectativa dos retornos futuros: em termos privados, a análise é de que o indivíduo mais educado e qualificado recebe mais e produz mais; para o Estado, gera-se a expectativa de que o nível cultural e de discernimento da sociedade se torne mais elevado.

Ainda de acordo com Gonçalves (2007), pode-se observar que para os governos não é apenas uma questão cultural, mas sim que a diferenciação da distribuição do capital humano parece ser o método preferido politicamente para a erradicação tanto da pobreza quanto das grandes disparidades de renda entre as diversas classes sociais. Se os governos investirem em políticas que incentivam a formação dos indivíduos, possuirão uma dimensão de aglutinamento social, no sentido de proporcionar uma distribuição de rendimentos mais equilibrada.

A função salário do capital humano, elaborada por Mincer, passa a ser uma ferramenta econométrica importante para elaborar políticas educacionais baseadas nas estimativas das taxas de retorno da educação.

3 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Nas últimas décadas, segundo Bendrath (2008), ocorreu um crescente interesse das Organizações Internacionais no gerenciamento e elaboração de propostas na área educacional, principalmente em países em desenvolvimento. A educação passou a ser vista não apenas como um direito e instrumento de pobreza, mas como uma maneira de formação do capital humano.

As políticas sociais estão orientadas para dar continuidade ao processo de desenvolvimento humano que ocorreu apesar da falência do processo de industrialização e desenvolvimento econômico. Sua bandeira é investir os recursos públicos “nas pessoas”, garantindo que todos tenham um acesso mínimo de educação, saúde, alimentação, saneamento e habitação, bem como às condições para aumentar a expectativa de vida e para alcançar a distribuição mais equitativa das oportunidades. Estas políticas não incluem uma definição sobre como conseguir que o “capital humano” seja algo mais do que um recurso de baixo custo para o capital, e de fato promovem a equidade à custa do empobrecimento dos setores médios urbanos, sem afetar as camadas de alta renda. (CORAGGIO, 1996 apud BENDRATH, 2008)

3.1 Organizações Internacionais e a Educação

A necessidade de racionalizar e organizar informações para direcionar a tomada de decisão e execução de políticas públicas está no centro das relações de produção, nos mais diferentes países, segundo Scaff (2007), principalmente entre aqueles que detêm a hegemonia do capital, os quais, com o fim da Segunda Guerra Mundial, se preocuparam em garantir a continuidade dessa acumulação capitalista e assim foram criadas diversas organizações internacionais¹ com a finalidade de auxiliar os países em seu desenvolvimento, entre elas

¹ Segundo Marquez (2006), organizações internacionais são consideradas instituições intergovernamentais criadas pelos Estados para facilitar a convivência pacífica através da cooperação conjunta, visando solucionar os

podemos citar, em 1944, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI); em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU); em 1948, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); e em 1958, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid).

Em acompanhamento com a evolução dos estudos sobre a educação, ocorre também nas últimas décadas um crescente interesse dessas organizações em elaborar propostas com enfoque educacional, principalmente para países em desenvolvimento e entre os quais mantinham acordos.

3.1.1 Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD e Fundo Monetário Internacional – FMI

Em julho de 1944, ocorreu a *Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas*. Participaram dessa reunião quarenta e quatro países os quais definiram a criação das instituições internacionais: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo a primeira responsável em ser o órgão técnico e financiador de projetos específicos, enquanto a segunda, em ser o órgão normativo e político, encarregado de coordenar as políticas de desenvolvimento e de promover a estabilidade da balança de pagamentos dos países-membros. O chamado Acordo de Bretton Woods².

Atualmente, o Banco Mundial é formado por cinco organismos: BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, tem a finalidade de reduzir a pobreza dos países de renda média, promovendo o desenvolvimento sustentável através de empréstimos, garantias e serviços não financeiros; AID – Associação Internacional de Desenvolvimento, criada em 1960, é um fundo que concede doações e créditos (empréstimos sem juros) a países

vários problemas da diversidade cultura, histórica, social, legal, econômica, política e ideológica da sociedade internacional.

² O Acordo de Bretton Woods teve como objetivos principais promover a cooperação internacional através das instituições monetárias, facilitar a expansão do comércio internacional, implementar a estabilidade dos câmbios e contribuir para a instituição multilateral de pagamentos. KILSZTAJN (1989)

de baixa renda per capita; IFC – Corporação Financeira Internacional, criada em 1956, promove o desenvolvimento econômico através assistência técnica e assessoramento aos governos e empresas e ainda concede financiamento ao setor privado; MIGA – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos, criada em 1988, proporciona serviços de consultoria e assistência técnica com o intuito de auxiliar países a atrair e manter investimento estrangeiro; e ICSID – Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos, criado em 1966, promove um ambiente de confiança mútua entre os Estados e investidores estrangeiros, ao oferecer mecanismos internacionais de conciliação e arbitragem de controvérsias relativas a investimentos.

A atuação global do Banco Mundial passou por uma trajetória de alterações nos objetivos ao longo da história. Segundo Marquez (2006), pode ser dividida em quatro fases: Primeira, de sua criação até a década de 50, concentrou-se na reconstrução das economias europeias; a segunda, década de 60, em ações voltadas a promoção do crescimento econômico em países em desenvolvimento, aumentando a quantidade de empréstimos para a área de infraestrutura; a terceira, década de 70, diversificou-se os empréstimos, destacando a área social; e a quarta, década de 80, redirecionou-se a política de empréstimos, favorecendo financiamentos de desembolso rápido.

No que tange a educação, a terceira fase foi relevante pois com objetivos voltados para o setor social para reduzir a pobreza apostou-se em projetos voltados a saúde e educação. Investir em capital humano é considerado fundamental para elevar a economia do país, principalmente para os menos desenvolvidos. Essa estratégia é evidenciada em nos documentos do Banco Mundial que definem os rumos educacionais nacionais e internacionais.

3.1.2 Organização das Nações Unidas – ONU

Na Conferência sobre Organização Internacional, em 25 de abril de 1945, representantes de 50 países elaboraram a Carta das Nações Unidas³. Após ratificação desta por China, Estados Unidos, França, Reino Unido e ex-União Soviética, em 24 de outubro do

³ Documento assinado em São Francisco, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional e expressa os ideais e os propósitos dos povos cujos governos se uniram em tal conferência. ONU (2014)

mesmo ano, as Nações Unidas começaram a existir oficialmente. Atualmente, a ONU tem a estrutura central em Nova York, além de sedes em Genebra (Suíça), Viena (Áustria), Nairobi (Quênia), Addis Abeba (Etiópia), Bangcoc (Tailândia), Beirute (Libano) e Santiago (Chile), é composta por 193 países, chamados de Estados-Membros.

Possui seis órgãos principais: A Assembleia Geral, órgão deliberativo no qual os Estados-Membros se reúnem para discutir assuntos que afetam a vida, como fazer recomendações, conflitos militares, formas de melhoria das condições de vida, desenvolvimento sustentável; o Conselho de Segurança, órgão responsável pela paz e segurança internacional formado por 15 membros (cinco permanentes – Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França e China mais dez não permanentes, eleitos na Assembleia Geral a cada biênio); o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), órgão coordenador do trabalho econômico e social, ele formula recomendações e inicia atividades relacionadas a desenvolvimento, comércio internacional, industrialização, recursos naturais, direitos humanos, condição da mulher, população, ciência e tecnologia, prevenção do crime, bem-estar entre outros; o Conselho de Tutela, órgão responsável pela supervisão da administração de territórios sob tutela internacional; a Corte Internacional de Justiça, órgão judiciário composto por 15 juizes eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança; e por fim o Secretariado, presta serviço a outros órgãos das Nações Unidas e administra programas e políticas que elaboram.

Entre os principais propósitos das Nações Unidas, podemos destacar: manter a paz e segurança internacional, desenvolver relações amistosas entre as nações, realizar a cooperação internacional para solucionar problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

Além dos seis principais órgãos da Organização, o sistema da ONU é formado por mais Programas, Fundos e Agências Especializadas, com orçamentos, regras e metas próprios. Os quais são relevantes para a educação: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF.

3.1.2.1 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Criado em 1965, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo desenvolvimento humano, está presente em 166 países, colaborando com governos, a iniciativa privada e com a sociedade civil a fim de melhorar as condições de vida dos indivíduos. O PNUD oferece uma perspectiva global aliada à visão local do desenvolvimento humano para contribuir com o empoderamento de vidas e com a construção de nações mais fortes e resilientes.

Opera em projetos que se dividem nas modalidades de execução nacional e execução direta, na primeira é feito um acordo operacional entre o PNUD e o governo, no qual o governo assume a responsabilidade pela formulação, administração e cumprimento dos objetivos e resultados dos projetos, enquanto na segunda, o PNUD administra e executa o projeto, sendo responsável pelos objetivos e monitoramento dos resultados.

No Brasil, o PNUD deu enfoque especial em quatro áreas-chave: Alcance dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio⁴, com foco particular na redução das desigualdades e nos grupos e nos grupos sociais mais vulneráveis, além de continuar fortalecendo as capacidades da sociedade civil incentivando uma maior participação da mesma na construção das políticas e cumprimento dos direitos; Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Produtiva, com enfoque no fortalecimento de capacidades para adaptação aos efeitos das mudanças climáticas visando a erradicação da pobreza, a redução de desigualdades e a inclusão produtiva; Segurança Cidadã, redução da vulnerabilidade a todas as formas de violência; e Cooperação Sul-Sul, contribui para a agenda global de desenvolvimento, fortalecendo a agenda de triangulação de cooperação e a transferência de conhecimento.

⁴ Segundo a PNUD (2014), o programa chamado Objetivos de Desenvolvimento do Milênio é um compromisso entre 189 nações acordado em 2000 que consiste em combate a extrema pobreza e outros males da sociedade. Foram traçados oito objetivos para serem alcançados até 2015: 1) Redução pobreza; 2) Atingir o ensino básico universal; 3) Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/Aids, malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; e 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

3.1.2.2 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, foi criada em 1945 com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros na busca de soluções para os problemas que desafiam a sociedade. Suas áreas de atuação são: Educação, ciências naturais, ciências humanas e sociais, cultura e comunicação e informação.

Na Educação, a principal diretriz é atingir as metas de Educação para Todos⁵, promovendo o acesso e a qualidade de ensino em todos os níveis e modalidades, incluindo a educação de jovens e adultos, através do desenvolvimento de ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades nacionais, acompanhamento técnico e apoio à implementação de políticas nacionais educacionais, com foco na relevância da educação como valor estratégico para o desenvolvimento social e econômico dos países. Em Ciências Naturais, a UNESCO promove o desenvolvimento científico e tecnológico capaz de induzir a transformação social, conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Já em Ciências Humanas e Sociais, a missão é expandir o conhecimento e promover a cooperação intelectual para catalisar transformações sociais com justiça, liberdade e dignidade humana, no Brasil é implementada através de programas de inclusão social, redução da pobreza e desigualdade, juventude e prevenção da violência, entre eles pode-se destacar o Escola Aberta⁶. Em Cultura, elabora e promove a aplicação de instrumentos normativos na área cultural, estímulo a diversidade cultural, além do fomento ao pluralismo e dialogo entre as culturas e civilizações. E em Comunicação e Informação, os objetivos centrais são promover a liberdade de expressão e de imprensa e o direito a informação, estimular o desenvolvimento dos meios de

⁵ Uma declaração mundial proferida em 1990, tem os seguintes objetivos: satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, expandir o enfoque, universalizar o acesso à educação e promover sua equidade, concentrar a atenção na aprendizagem, ampliar os meios e o raio de atuação da educação básica, propiciar um ambiente adequado à aprendizagem e fortalecer alianças. UNESCO (2014)

⁶ O Programa Escola Aberta incentiva e apoia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecidas aos estudantes e à população do entorno. UNESCO (2014)

comunicação livres, plurais e independentes, e sedimentar os pilares da sociedade do conhecimento com foco nas tecnologias de informação e comunicação.

3.1.2.3 Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

Criado em 1946 para ajudar a reconstruir os países mais afetados da Segunda Guerra Mundial, o Fundo das Nações Unidas para a Infância atualmente está presente em 191 países e tem o objetivo de assegurar que todas as crianças e adolescentes tenham seus direitos humanos integralmente cumpridos, respeitados e protegidos. Está no Brasil desde 1950, trabalhando em parceria com governos municipais, estaduais e federal da sociedade civil, grupos religiosos, mídia, setor privado e outras organizações internacionais para defender os direitos das crianças e adolescentes. Teve um papel importante na luta contra a poliomielite, no direito a amamentação e em campanhas de aleitamento, na criação do primeiro programa de merenda escolar, na redução de mortes por diarreia através da disseminação do soro caseiro, além da redação e aprovação do artigo 227 da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, no movimento pelo acesso universal a educação, nos programas de combate ao trabalho infantil. E nos últimos anos, em reduzir as disparidades regionais no Semiárido, Amazônia e comunidades populares dos centros urbanos.

3.1.3 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

É uma organização internacional localizada em Paris, França, criada em 1948, com o intuito de executar o programa europeu pós guerra - Plano Marshall, composta atualmente por 34 países (Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Eslovaca, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos) além de manter relações estreitas com Rússia, Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul.

Seu objetivo é a promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e o bem estar social ao redor do mundo e para alcançá-lo, a organização traça estratégias através de fóruns nos quais os governos trabalham de forma conjunta para

compartilhar experiências e buscar soluções de problemas comuns, mensura produtividade e fluxos globais de comércio e investimento, compara de dados entre os países a fim de prever futuras tendências, estabelece de padrões internacionais de itens desde a agricultura até a educação.

Entre as iniciativas da OCDE na área educacional, está o *Programme for International Student Assessment* - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), cujo objetivo é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade de educação nos países participantes a fim de subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. As avaliações são aplicadas para jovens na faixa de 15 anos, acontecem a cada três anos e abrangem três áreas de conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências, além de aplicar essas avaliações, o programa coleta informações demográficas, socioeconômicas e educacionais dos estudantes com o intuito de elaborar indicadores relacionados ao desempenho. No Brasil, o órgão responsável pela coordenação é o INEP (Instituto Nacional e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

3.1.4 Organização dos Estados Americanos – OEA

Criada em 1948 com o intuito de promover a solidariedade, intensificar a colaboração entre os membros, defender a soberania, integridade territorial e independência, a Organização dos Estados Americanos (OEA) atualmente congrega 35 estados independentes da América (Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela). Para atingir seus objetivos, seus pilares são democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento.

Para a organização, uma educação de qualidade é um componente vital necessário para promover o desenvolvimento econômico, a igualdade social e a segurança em qualquer sociedade democrática. Dessa forma colabora com os estados membros nessa área, através do Departamento de Desenvolvimento Humano, Educação e Emprego (DDHEE), coordenando

vários programas educativos e oferecendo bolsas de estudos a jovens com o fim de promover maiores oportunidades.

3.1.5 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL

Com sede em Santiago, Chile, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL foi criada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com o intuito de monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países abrangidos, tanto entre si como com as demais nações do mundo, além da promoção do desenvolvimento social e sustentável. Todos os países da América Latina e do Caribe são membros dessa organização, incluindo alguns países desenvolvidos devido à forte ligação histórica, econômica e cultural da região, portanto, os Estados-membros são: Alemanha, Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos da América, França, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Dominicana, República da Coreia, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

O Programa de Trabalho é realizado através das seguintes divisões, unidades e serviços: Divisão de Desenvolvimento Econômico, Divisão de Desenvolvimento Social, Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial, Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos, Divisão de Recursos Naturais e Infra-Estrutura, Divisão de Estatística e Projeções Econômicas, Divisão de População e Desenvolvimento, Divisão de Comércio Internacional e Integração, Divisão de Planejamento Econômico e Social, Unidade da Mulher e Desenvolvimento, Unidade de Estudos Especiais, Unidade de Recursos Naturais e Energia, Unidade de Transporte, Unidade de Serviços de Informação, Biblioteca, Sedes Sub-regionais e Escritórios Nacionais.

No âmbito educacional, no decorrer da década de 90 a CEPAL tem considerado, através de documentos, a educação como um dos principais instrumentos na construção de uma nova realidade econômica e social para os países em desenvolvimento. Em 1992, esboça uma política capaz de articular a educação, conhecimento e desenvolvimento, com o objetivo de assegurar o progresso técnico para América Latina e Caribe, garantindo que a reestruturação econômica seja acompanhada da equidade social.

3.1.6 Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) é um órgão independente do governo federal dos EUA responsável por programas de assistência econômica e humanitária em todo o mundo. A USAID surgiu em 1961, com a assinatura do Decreto de Assistência Externa pelo então Presidente John F. Kennedy, unificando diversos instrumentos de assistência dos Estados Unidos para melhor focar as necessidades de um mundo em constante transformação.

No que tange a educação, a organização foca criar programas que melhoram habilidade de leitura nas escolas primárias, fortalecimento do ensino superior, expansão acesso a educação em áreas de conflitos.

Já a atuação da organização no Brasil, apoia os esforços brasileiros em direção ao desenvolvimento sustentável. O apoio a valores democráticos e uma política econômica voltada para o mercado aberto e o setor privado têm sido a base de sustentação de uma crescente parceria entre os EUA e o Brasil. As prioridades da USAID no Brasil concentram-se no meio ambiente e na saúde, abrangendo questões globais como a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas, e apoiando desafios na área de controle da tuberculose, malária e HIV/AIDS. Também são apoiados programas de capacitação de jovens em situação de risco para o mercado de trabalho, além do fomento a atividades de desenvolvimento econômico, responsabilidade social corporativa e uso de energias limpas.

3.2 Indicadores de Desenvolvimento

O principal indicador de riqueza de um país é o Produto Interno Bruto (PIB) que é representado pela soma dos bens e serviços produzidos por uma nação, considera três grupos principais de atividades: Agropecuária, composta por Agricultura, extrativismo vegetal e pecuária; indústria, composta por extrativismo mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil; e serviços, compostos por comércio, transporte, comunicação, serviços da administração pública e outros. Por ter padrões internacionais da forma do cálculo as comparações entre os países são facilitadas.

Apesar de sua importância como medida de atividade econômica, o PIB não é apropriado para medir o bem-estar, pois apenas mede o produto. Assim, surge a necessidade de utilizar outro indicador que contemple o desenvolvimento econômico, social e humano. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pode ser utilizado para substituir o PIB pois ele mede o grau de desenvolvimento econômico juntamente com a qualidade de vida oferecida à população.

3.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado por Mahbubul Hag e Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1988, com o intuito de ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano entretanto não abrange todos os aspectos de tal, como democracia, participação, equidade, sustentabilidade, entre outros, segundo PNUD (2014).

Publicado anualmente desde 1990 pela PNUD, é medido através de três dimensões: renda, longevidade e educação. A primeira é medida através do Produto Interno Bruto (PIB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPC)⁷ constante e em dólares; a segunda, expectativa de vida ao nascer; e a terceira, combinação de duas variáveis, taxa de alfabetização de adultos, maiores de 15 anos, e taxa matrículas nos níveis primário, secundário

⁷ A moeda de cada país é convertida em dólares internacionais, para que um dólar tenha o mesmo poder de compra sobre o PIB doméstico que o dólar norte-americano sobre o PIB dos EUA (CASTRO, 1999, p.35)

e superior. Este índice varia de 0 (pior) a 1 (melhor) e a para efeito de análise comparativa foi estabelecidas três categorias de classificação de países:

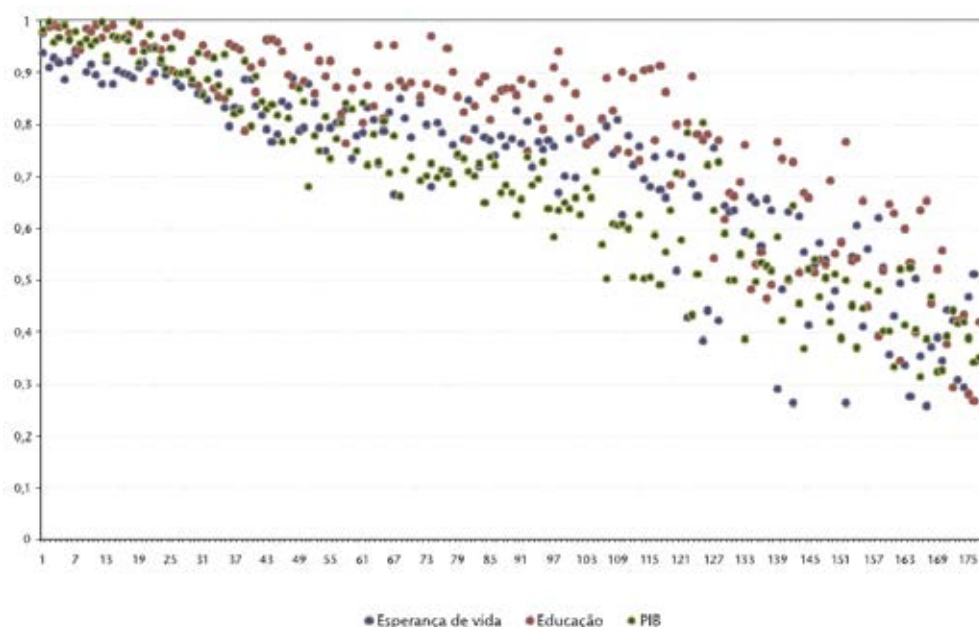
$0 \leq \text{IDH} < 0,5$	Baixo Desenvolvimento Humano
$0,5 \leq \text{IDH} < 0,8$	Médio Desenvolvimento Humano
$0,8 \leq \text{IDH} \leq 1$	Alto Desenvolvimento Humano

3.2.2 Relação entre Educação e Desenvolvimento através do IDH

Caleiro (2007) com o objetivo de provar que a educação se relaciona positivamente com o nível de riqueza de um país, apresenta um estudo com os indicadores do IDH separados, ou seja, o PIB, a educação e esperança de vida para 177 países no ano de 2005.

Ao colocar em um mesmo gráfico, fica evidente a existência de uma aparente relação direta entre os três componentes do IDH, sendo certo que a volatilidade nas mesmas aumenta a medida que o valor do IDH aumenta.

Gráfico 1 – Componentes do IDH de 2005



Fonte: Caleiro (2007)

Já Carvalho (2007) faz um estudo estimando o efeito do IDH sobre a taxa de retorno da educação, utilizando a equação de Mincer, regressão do logaritmo da renda do trabalho (variável endógena) em relação aos anos de escolaridade, experiência e outros controles (variáveis exógenas). De acordo com as estimativas, políticas de desenvolvimento que tenham como alvo o aumento da renda são mais eficazes se forem acompanhadas de investimentos complementares, tais como saúde, saneamento, entre outros. Foi encontrada uma relação positiva entre a taxa de retorno da educação e o IDH, assim condições melhores de desenvolvimento humano impactarão na taxa de retorno, provavelmente.

4 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

4.1 Origens da Educação no Brasil

O atraso da educação brasileira atual, comparada a outros países, é explicado pela sua evolução histórica negativa nessa área, segundo Schwartzman (2004). No início do século XX, enquanto a maioria da população da Europa Ocidental, Nova Inglaterra e Japão já era alfabetizada, o Brasil tinha uma educação formal muito pequena e de pouco acesso.

A religião foi um dos elementos mais importantes para a expansão da escrita e leitura, devido ao incentivo à leitura de escrituras sagradas desde a infância, como o Alcorão, a Bíblia, entre outros e também à criação de escolas religiosas para evangelização, as quais acompanhavam a inserção da igreja na região, principalmente por protestantes e católicos como parte dos movimentos Reforma⁸ e Contra Reforma⁹.

Napoleão Bonaparte com o intuito de criar uma nação forte, tornou o serviço militar obrigatório e com ele foi instituído um sistema nacional educacional, implantando uma linguagem padronizada e valores morais e cívicos, utilizando uma complexa rede de escolas mantida e mantida pela Igreja durante o Antigo Regime. Nesse período começa a desenvolver-se a profissão do magistério, auxiliando na evolução de métodos de ensino e aprendizagem. Entre outros elementos de incentivo à educação, pode-se citar a industrialização e o desenvolvimento urbano.

Portugal, por possuir uma influência muito forte da Igreja Católica em sua cultura, não foi atingido pelo movimento protestante de Reforma, assim não foi incentivado a criar escolas para a população, esse fato pode ter acarretado um atraso na alfabetização dessa região comparado a outros países europeus. Em meados do século XVIII, com o intuito de colocar a

⁸ Devido a abusos, excessiva acumulação e sacerdotes que desrespeitavam os dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana e a mudança de visão do mundo, surgem no século XIV diversos processos de reformas religiosas, entre eles podem-se citar as reformas Luterana, Anglicana e Calvinista, chamadas de protestantes.

⁹ A Igreja Católica, como resposta às reformas religiosas, começa um processo de perseguição dos não católicos, cria também a Ordem dos Jesuítas a fim de disseminar o catolicismo através da catequese.

metrópole na linha do Iluminismo¹⁰ europeu, Marques de Pombal expulsa os jesuítas, principais difusores educacionais, de Portugal e Brasil. Para Portugal, essa reforma incentivou a criação de um sistema nacional de ensino elementar e o início da profissão magistério. Já para o Brasil, que possuía aproximadamente 70% da população analfabeta, esse movimento não foi positivo e acarretou a destruição do ensino católico, o principal existente na época.

A corte portuguesa muda-se para o Rio de Janeiro no início do século XIX, fugindo de Napoleão e em 1822, o Brasil torna-se independente. Com essa transformação, criam-se as primeiras instituições de ensino superior como a Academia Militar no Rio de Janeiro, duas escolas de direito em São Paulo e Recife, duas escolas de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia. A primeira escola pública secundária é fundada no Rio de Janeiro em 1838, o Colégio Pedro II. Fora da capital, Rio de Janeiro, o ensino primário era responsabilidade dos governos das províncias, de tutores particulares e padres de paróquias, ou seja, com acesso muito restrito.

No século XIX, o Brasil era uma sociedade predominantemente rural, sob o domínio de um império centralizado que tentava adotar o modelo dos Estados Nacionais Europeus, entretanto sem recursos para incorporar a população empobrecida. Nesse período, a sociedade brasileira era composta por uma pequena elite branca descendentes de portugueses, escravos negros, indígenas, mestiços, ex-escravos e homens livres empobrecidos, os quais viviam em terras para subsistência ou regiões portuárias como Rio de Janeiro, Salvador e Recife. O final desse mesmo século, o quadro demográfico começa a se alterar com a entrada de imigrantes europeus e asiáticos nos estados do sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Já em 1900, um terço da população paulista e carioca eram imigrantes, neste período um terço dos jovens cariocas frequentavam a escola primária sendo que um a cada quatro em Instituições Particulares. Já no estado de São Paulo, unidades de ensino foram reunidas como “Grupos Escolares” com alunos organizados conforme idade e proficiência e foi organizado um programa sequencial de estudos divididos em séries anuais. Além da criação de várias escolas de ensino superior foram criadas novas escolas normais que passaram por uma transformação para melhorar métodos de ensino e aplicar um conteúdo moderno, nessa época São Paulo já era a região mais

¹⁰ Movimento surgido na França que defendia a razão em lugar da religião.

rica do país e maior produtor de café do mundo. Seguindo-o, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal tentam aplicar reformas semelhantes.

Em 1906, o governo federal aprova uma lei para ensino primário, reorganizando as escolas. Ainda assim, somente cerca de 25% da população era alfabetizada. Os imigrantes italianos, alemães e japoneses criaram suas próprias escolas, às vezes ajudados pela igreja ou pelos governos dos seus países de origem. Em 1924, é fundada a associação Brasileira de Educação do Rio de Janeiro, com a participação de vários estados.

Somente em 1930, com Getúlio Vargas, a educação surge como prioridade nacional. Foi criado o Ministério da Educação e Cultura e intelectuais estiveram envolvidos com campanhas regionais de educação e reforma de ensino e publicaram o “Manifesto dos Pioneiros da Nova Educação”, o qual defendia as prioridades para o ensino.

O manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político [...]. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 20 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo (SAVIANI, 2004, p. 34).

Várias ideologias educacionais surgiram nesse período como fascistas autoritários, católicos ultramontanos até pragmatistas tipo americano e os que acreditavam em poderes científicos da nova pedagogia até os marxistas. Finalmente o que prevaleceu foram os instintos burocráticos e administrativos com valores nacionalistas e conservadores.

O Governo Vargas criou uma burocracia muito centralizada para o ensino superior e conformou e controlou o ensino básico de cima, deixando a responsabilidade de gerenciar e administrar as escolas para os Estados e Municípios. Esse período foi marcado pela criação do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - e a reforma e atualização da antiga Escola Normal, a qual foi transformada no Novo Instituto de Educação do Rio de Janeiro, e também por polêmicas como educação religiosa e políticas de fechamento de escolas de imigrantes.

O ensino era dividido em: Primário com duração de 4 anos, formado por crianças de 7 a 10 anos, obrigatório e universal; Ginásio com duração de 4 anos; e Colegial, com duração de 2 a 3 anos. O Ministro Gustavo Capanema elaborou conteúdos para o ensino Secundário (Ginásio e Colegial) nos moldes europeus com o intuito de proporcionar uma formação humanística e científica, mas a expectativa era que a maioria dos alunos recebesse uma formação mais prática em atividades agrícolas, industriais e comerciais sem entrar nos cursos superiores mas não havia onde formar professores para esses cursos e empresários criaram seus próprios programas de treinamento, escolas do comércio se espalharam como segunda opção para os jovens que não conseguiam entrar em ginásios públicos, nem pagar mensalidades em instituições católicas.

Já no ensino superior, a primeira legislação universitária foi aprovada em 1931, determinando uma combinação das escolas profissionais ao estilo francês com uma nova “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. O Governo Federal tentava um sistema centralizado, com leis definindo o conteúdo dos cursos e carreiras, com uma Universidade Nacional como modelo para todo o país e um sistema rígido de controle e supervisão das instituições públicas e privadas. Entretanto a única universidade nacional criada antes da Segunda Guerra Mundial foi a do Rio de Janeiro. O estado de São Paulo criou sua própria universidade partindo do mesmo modelo mas com um conteúdo científico e acadêmico muito mais forte, recrutando professores na França, Itália e Alemanha.

As concepções e modelos dos quinze anos do Governo Vargas nortearam muitas décadas do ensino brasileiro. Após a guerra, o país entrou num período de rápida modernização, crescimento econômico e urbano acarretando com isso a necessidade de mais educação. Assim, o governo federal criou uma rede de universidades federais, uma em cada estado, e os governos estaduais e municipais expandiram os sistemas de educação básica, as instituições particulares também se expandiram para atender as elites e as classes médias baixas que não conseguiam passar no vestibular oferecendo alternativas de combinação de estudo e trabalho.

Somente aproximadamente cinquenta anos após o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) que o ensino brasileiro começou a mudar novamente. Nesse período, o Brasil tornou-se uma sociedade urbana, com comunicação interligando o país inteiro e setor industrial grande, mas a educação parecia menos importante nas décadas de 1950 e 1960 do

que nas anteriores, com Juscelino Kubitschek e seu programa de metas com apenas uma meta ligada à educação, o ensino técnico. No mesmo período foi fundado no Rio de Janeiro um Centro Nacional de Pesquisas Educacionais (CNPE), vinculado ao INEP.

Nas décadas de 1960 e 1970, o ensino superior foi transformado, com um formato inspirado no modelo dos Estados Unidos da América com sistema de créditos, departamentos acadêmicos e programas de pós-graduação. Em 1971, a educação básica obrigatória passou de quatro para oito anos, seguindo o modelo internacional.

A Constituição de 1988 declarou a educação básica um direito subjuntivo de cada indivíduo, estabeleceu que todas as universidades são autônomas, a pesquisa, o ensino e a extensão são inseparáveis e todo nível de ensino deveria ser oferecido publicamente. E também:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovido e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (C.F. 1988)

Nos anos seguintes, o Congresso e grupos de interesse criaram uma Lei da educação, aprovada em 1996, dando mais liberdade e flexibilidade para todas as instituições públicas para montar os próprios conteúdos programáticos e gerenciar assuntos particulares.

4.2 Políticas Educacionais Recentes

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, foram feitas algumas inovações na área educacional, acompanhando as reformas políticas de racionalização e modernização do Estado brasileiro, como: a reestruturação do INEP, redefinindo sua missão, baseando-a em reorientar as políticas de apoio a pesquisas educacionais, buscando melhorar sua performance no cumprimento das funções de suporte à tomada de decisões políticas educacionais, e em reforçar o processo de disseminação das informações educacionais; e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF com o objetivo de reduzir as diferenças regionais e estabelecer um parâmetro para os gastos estaduais e municipais com o

ensino fundamental. Implementaram-se três sistemas de avaliação do ensino, de responsabilidade do INEP: o SAEB – Sistema de Avaliação do Ensino Básico, ENEM – Exame Nacional Ensino Médio e Exames Nacionais de Cursos – Provão.

De acordo com Oliveira (2009), essas reformas educacionais acompanharam a tendência mundial de relacionamento entre política, governo e educação e foi nomeada de Nova Ortodoxia e foi caracterizada por cinco elementos fundamentais: Melhoria da economia nacional através do fortalecimento dos vínculos entre escolaridade, emprego, produtividade e comércio; melhoria do desempenho de estudantes nas habilidades e competências relacionadas ao emprego; obtenção de um controle mais direto sobre o currículo e avaliação; redução dos custos da educação suportados por governos; e enfim, o aumento da participação da comunidade local a partir de maior representatividade nas decisões escolares através da pressão popular por meio da livre-escolha de mercado.

Nesse período também, ocorreram a formulação de novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental e médio e vários programas para prover às escolas recursos gerenciais, pedagógicos e materiais que melhorem o desempenho, como a criação do Bolsa-Escola, cujo mecanismo era o repasse de renda para que as crianças fossem enviadas à escola. Ainda segundo Schwartzman (2004), ocorreu uma expansão significativa no ensino médio, já no ensino superior não, com exceção do pequeno crescimento no número de matrículas universitárias.

Dessa forma, as reformas realizadas no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso determinaram novas formas de financiamento, gestão e avaliação da educação básica, com uma nova regulação de descentralização e maior flexibilidade e autonomia local, acompanhando a tendência mundial.

Já o durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, o país se tornou menos desigual através da prioridade dada às políticas de inclusão social com vários programas sociais com acordos entre as esferas federal, estaduais e municipais, principalmente na área educacional, segundo Oliveira (2009). Um dos mais relevantes é o Programa Bolsa-Família, uma reformulação e ampliação do antigo Bolsa-Escola criado no governo anterior, com a finalidade de transferir renda diretamente às famílias pobres e em extrema miséria, com renda mensal por pessoa de zero a R\$154,00 atualmente. Essa transferência se dá através de

três condicionantes: a criança deve estar matriculada e comprovar assiduidade escolar, não trabalhar e estar com a carteira de vacinação em dia.

Em 2007, foi constituído o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) a fim de reduzir as diferenças educacionais entre o Brasil e os países desenvolvidos e melhorar a sua qualidade, composto por 54 programas abrangendo quatro eixos: Educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. Está sustentado em seis pilares: visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilidade e mobilização social. Assim, a União passa a assumir mais compromissos perante aos estados e municípios, adotando um papel protagonista na elaboração e execução de políticas educacionais.

Para analisar e acompanhar a qualidade educacional foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que reúne o fluxo escolar a partir dos dados do Censo Escolar e da média de desempenho nas avaliações do INEP (SAEB para unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil para os municípios), e o resultado tem escala de zero a dez. Diante esse indicador, o MEC oferece apoio técnico e financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. Para a execução desse compromisso, os governos subnacionais adotam um plano de ação articulada (PAR) e assinam um termo de adesão – “Compromisso Todos pela Educação” – dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 6.094/2007, o qual dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. De acordo com o MEC, o PAR substitui os convênios temporários e a tradicional descontinuidade das políticas educacionais e pressupõe a participação de gestores, educadores e comunidade na sua elaboração.

Ainda no que tange a educação básica, o PDE foca na formação e valorização dos professores através de fixação do piso salarial nacional do magistério e ampliação e desenvolvimento de programas de formação de em serviço que assegurem a todos os professores a possibilidade de adquirir parâmetros curriculares além de programas de educação a distancia. Também seguindo a linha internacional, o ensino fundamental passa de oito para nove anos com a transformação da antiga pré-escola em primeiro ano. Cria-se o

FUNDEB, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, em substituição ao FUNDEF, ampliando o financiamento para toda a educação básica e não apenas para o ensino fundamental, ou seja, todas as etapas de ensino infantil (creches) a ensino médio.

Para a educação superior, parte do princípio de aumentar o número de vagas oferecidas à população, garantindo a qualidade e a inclusão social. Para isso, ocorre a reestruturação e expansão das universidades federais através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, e quanto ao ensino superior privado ocorre um aumento do acesso através do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior, o FIES, criado por FHC e ampliado por Lula, e a inclusão do Programa Universidade para Todos, o PROUNI, com a concessão de isenções fiscais às instituições conveniadas e em contrapartida estas oferecem bolsas de estudos integrais e parciais (50% de desconto) a estudantes selecionados a partir do ENEM sendo egressos de escolas públicas e com renda familiar per capita até três salários mínimos.

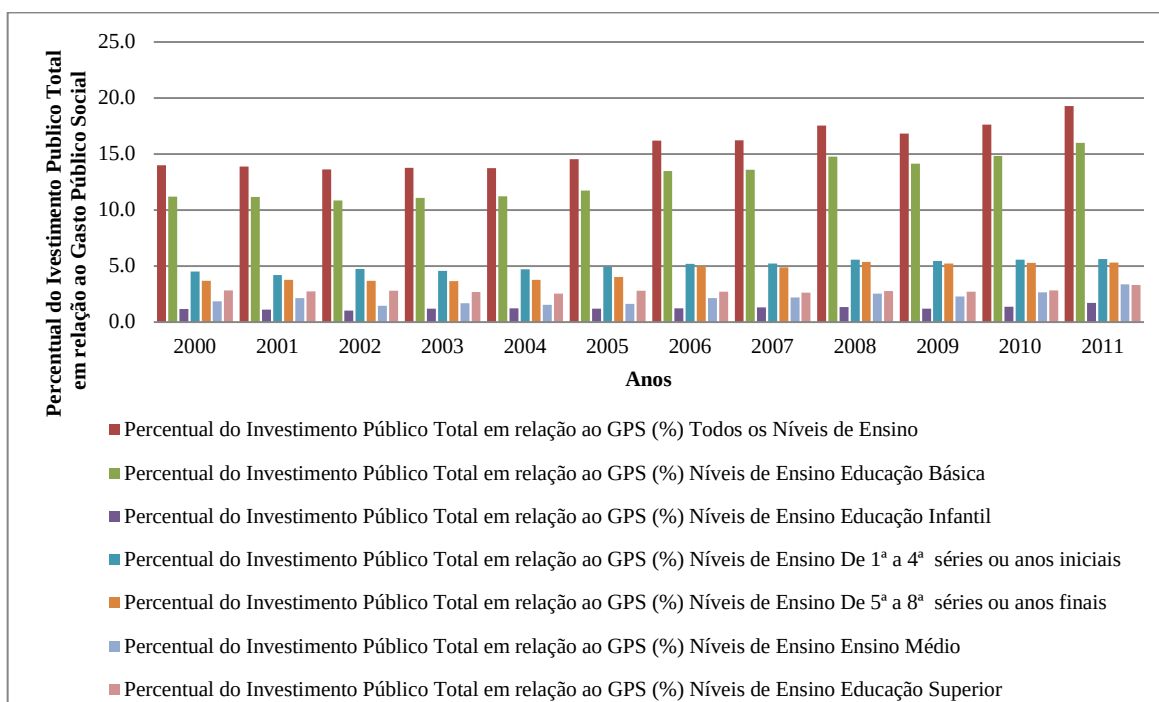
Oliveira (2009) considera que durante o governo de Lula houve iniciativas importantes do ponto de vista de políticas regulares de educação no sentido de buscar recuperar o papel protagonista do estado federal como promotor de políticas públicas para o setor, bem como de tentativas de correção de distorções naturais de um país demograficamente grande com diferenças regionais.

4.3 Mapa da Evolução Educacional Brasileira

A partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e de outros estudos, cabe mapear a distribuição e a evolução da educação brasileira, diante das políticas educacionais dissertadas anteriormente.

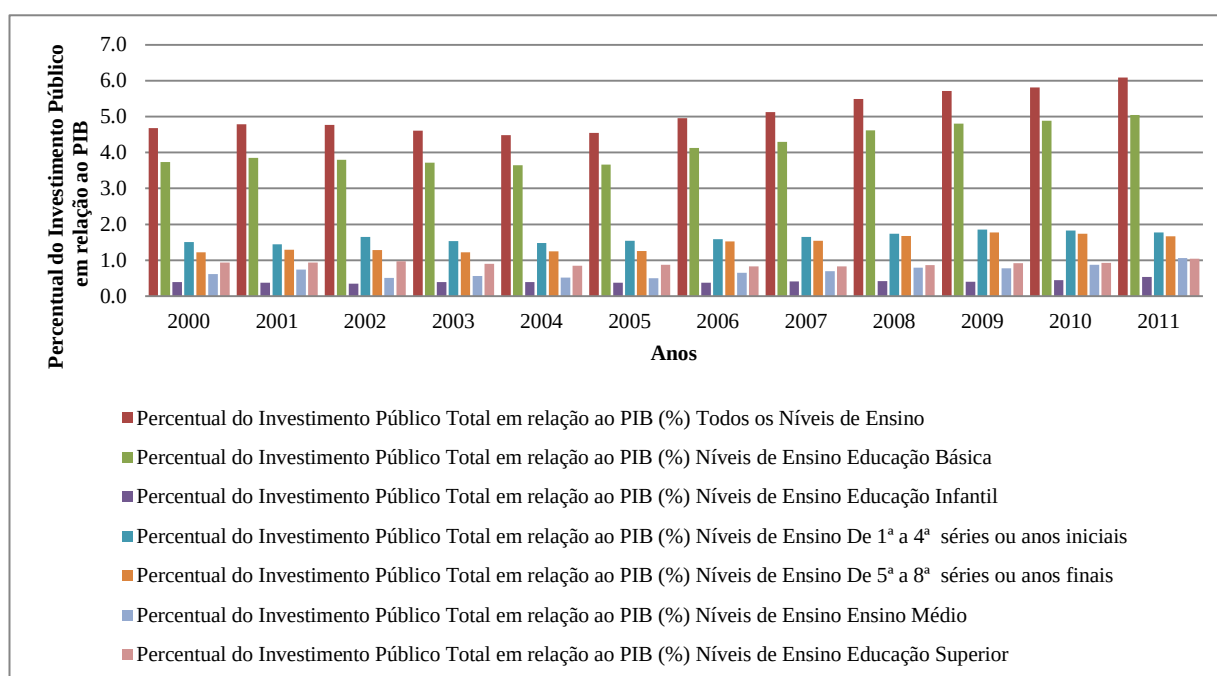
No que tange o investimento em educação, nos últimos anos houve um aumento do gasto público nessa área, tanto como na porcentagem do gasto público total, quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), conforme apresentado nos Gráficos 2 e 3, respectivamente.

Gráfico 2. Percentual do Investimento Público Total em Relação ao Gasto Público Social



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE

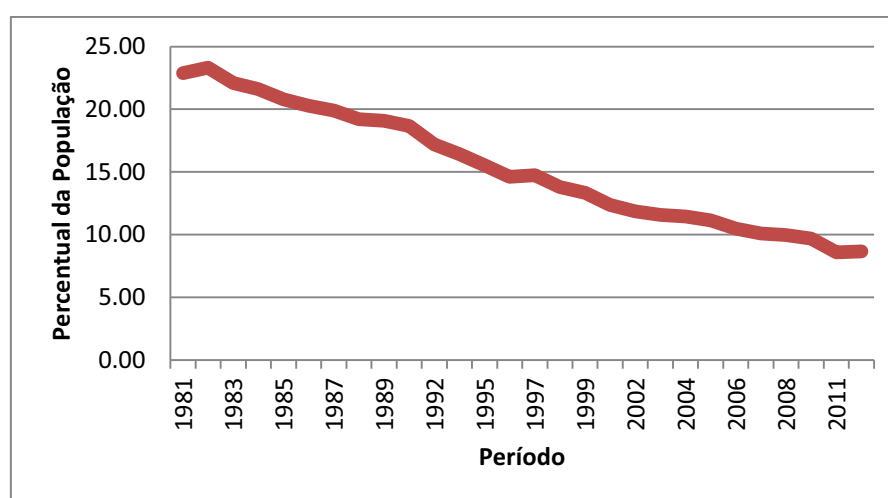
Gráfico 3. Percentual do Investimento Público Total em Relação ao Produto Interno Bruto



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE

O Gráfico 4 apresenta a evolução da taxa de analfabetismo no país, há uma redução importante no decorrer do período, passando de aproximadamente 23% em 1981 para 8,5% em 2011. Isso ocorreu devido às políticas públicas descritas aplicadas com foco educacional na erradicação do analfabetismo, apoiadas por programas e organizações internacionais como a UNESCO, acrescido do fato de a maioria da população analfabeta ser idosa e o índice cair naturalmente à medida que essas gerações mais antigas vão minguando.

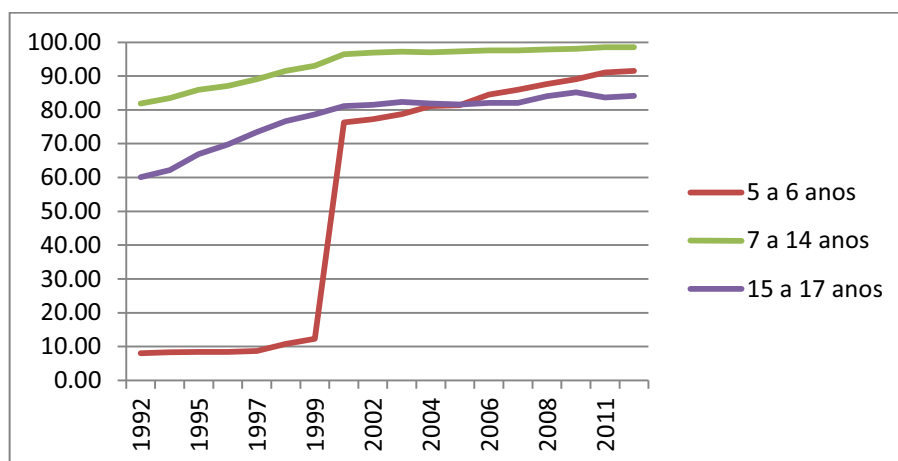
Gráfico 4. Taxa Analfabetismo Populacional



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD

Os programas de repasse financeiro direto à população carente como o antigo Bolsa-Escola e depois o Bolsa-Família, sendo um de seus condicionantes a matrícula e frequência escolar, incentiva a permanência das crianças e jovens nas escolas, aumentando assim a frequência para quase total, conforme o Gráfico 5 apresenta. Outro ponto a ser relevado é a inclusão da educação infantil (pré escola) ao ensino fundamental, que passou de oito para nove anos de duração, incorporando beneficiários dessa categoria do programa e aumentando substancialmente a frequência escolar na faixa etária de 5 e 6 anos.

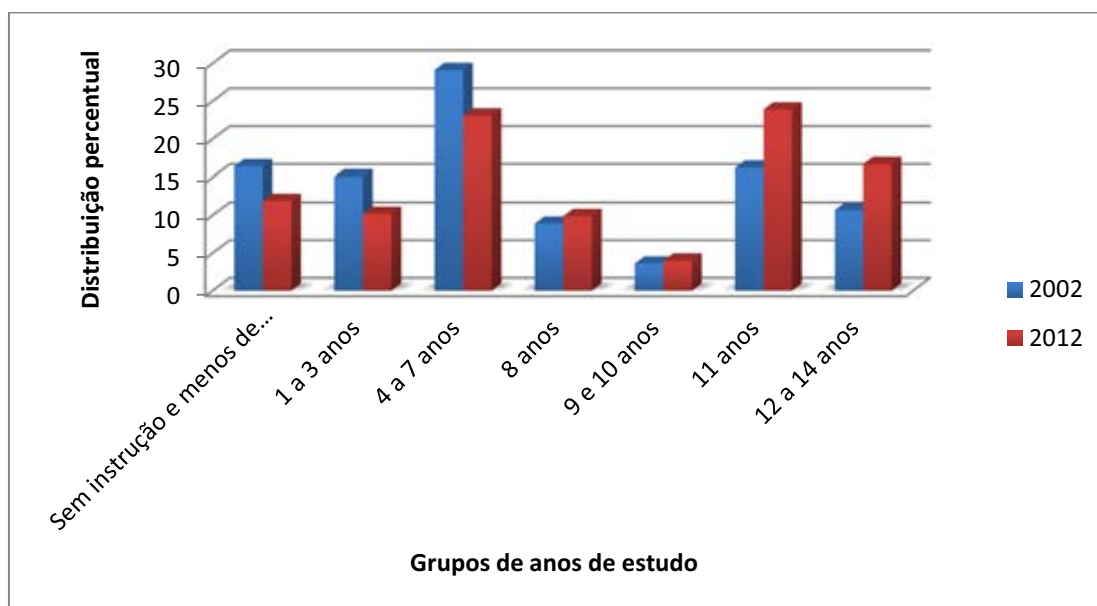
Gráfico 5. Frequência escolar por faixa etária



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD

Ao comparar os dados da PNAD entre os anos de 2002 e 2012 no Gráfico 6, pode-se notar que houve uma redução na população acima de 25 anos sem instrução e com ensino fundamental incompleto, de 1 a 7 anos de estudo, e um aumento naquela com ensino fundamental, médio e superior completos. Isso se deve ao aumento da abrangência do programa de governo antigo Bolsa-Escola atual Bolsa-Família com a incorporação do ensino médio, incentivando os estudantes a se manterem matriculados e frequentar as aulas e também um maior acesso ao ensino superior, diante ao aumento do programa de financiamento estudantil, FIES, à criação do PROUNI e ao aumento no número de vagas disponíveis tanto na rede privada quanto pública.

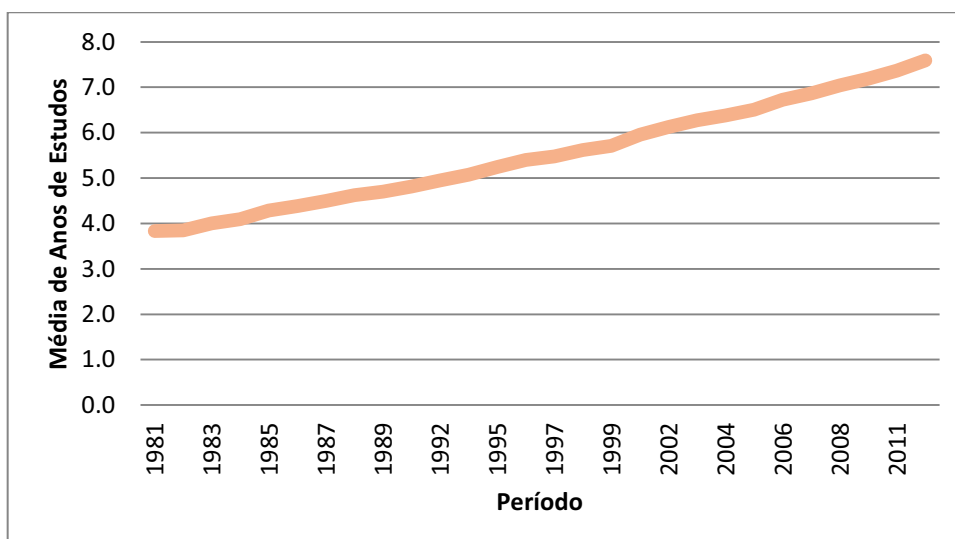
Gráfico 6. Distribuição percentual por grupos de anos de estudo



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD

Impulsionado por essas mudanças, ocorre também um aumento na média de anos de estudo da população, passando de menos que 4 para aproximadamente 8, traçando uma curva crescente no gráfico, Gráfico 7.

Gráfico 7. Média de anos de estudo da população



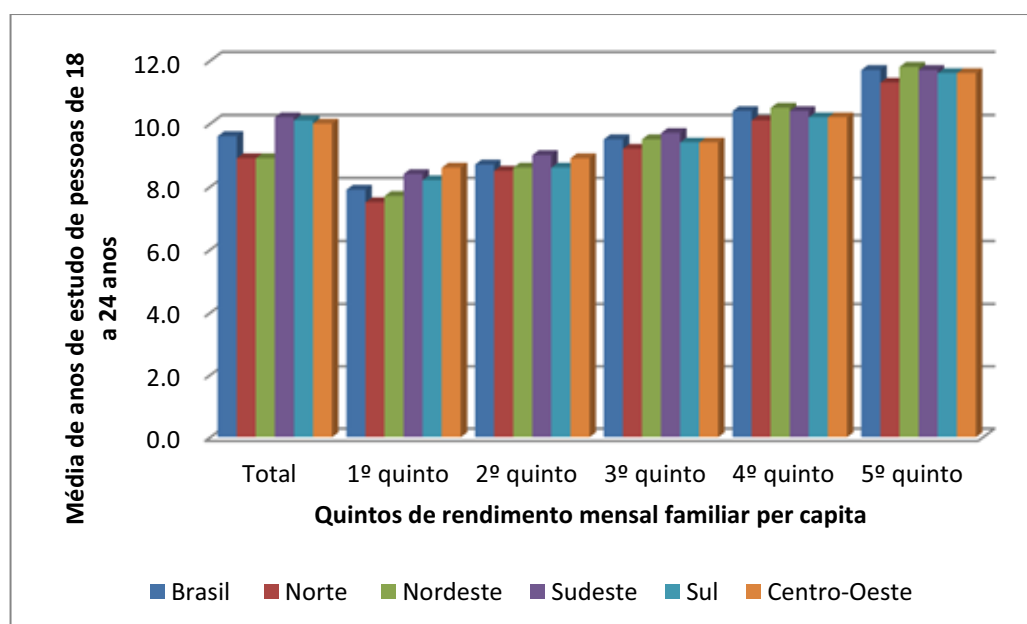
Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD

O Gráfico 8 mostra a variação de anos de escolaridade conforme a região e a renda familiar para população de 18 a 24 anos no ano de 2012. Comparados com a população adulta total, os jovens tem mais escolaridade, mas ainda há disparidade entre as regiões e a renda.

As regiões Norte e Nordeste têm os jovens com média de anos de estudo mais baixa que os das regiões Sul e Sudeste, entretanto conforme a renda aumenta essa diferença diminui. Nota-se ainda que os jovens de renda familiar per capita maior têm aproximadamente 2 anos a mais de estudos que os de renda menor.

Segundo Schwartzman (2004), as escolas públicas nas regiões, cidades e bairros mais pobres costumam ser de pior qualidade e o rendimento escolar depende bastante do padrão econômico, social e cultural da família. As famílias das classes média e alta colocam seus filhos em escolas da rede privada, que com raras exceções possuem melhor qualidade e os preparam para ingressar nas instituições de ensino superior de maior prestígio e qualidade. Além dos jovens com maior renda serem suportados financeiramente pela família durante o ensino superior, isentando a necessidade de trabalhar e estudar ao mesmo tempo. O que não acontece com os de menor renda, pois precisam trabalhar depois ou durante o ensino médio, e não tem condições financeiras de arcar com mensalidades de cursos de ensino superior.

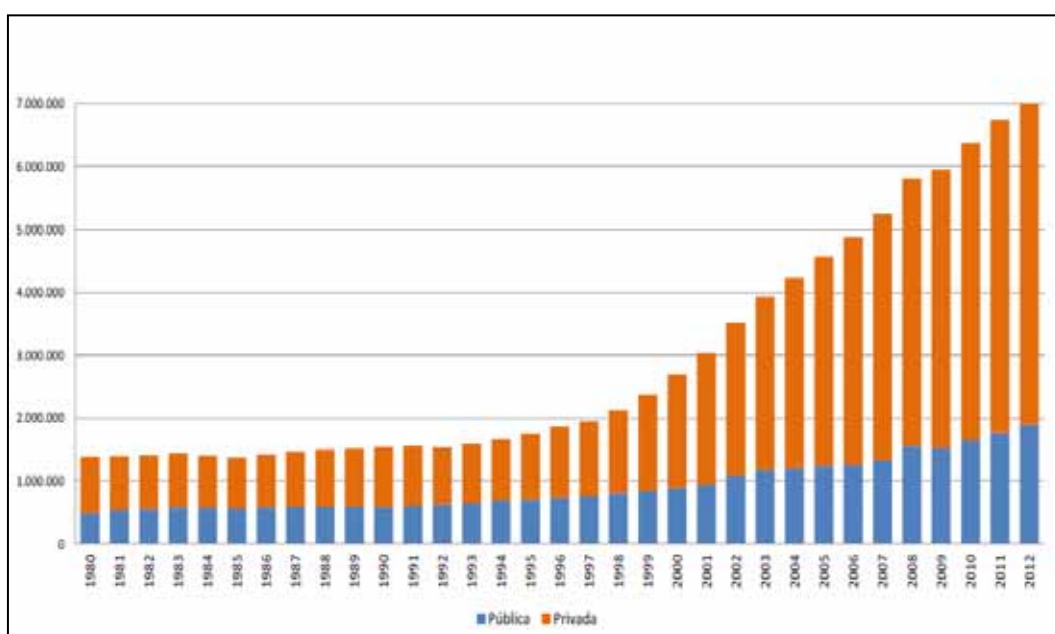
Gráfico 8. Média de anos de estudo de pessoas de 18 a 24 anos por quintos de rendimento



Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD

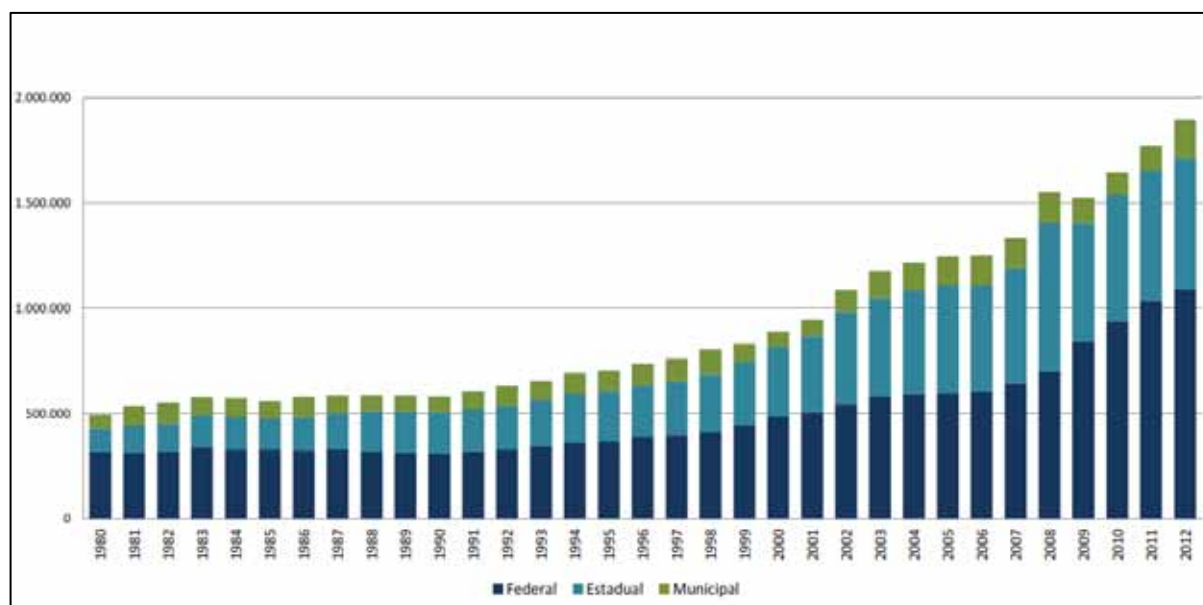
Ocorre um aumento expressivo no número de matrículas no Ensino Superior apresentado nos Gráficos 9 e 10, conforme o Censo Ensino Superior de 2012 elaborado pelo INEP/MEC. No setor privado devido, como dito anteriormente, ao aumento na oferta de vagas e programas sociais, no setor público, devido à criação de novas universidades federais e ampliação de vagas nas existentes nos últimos 10 anos.

Gráfico 9. Evolução da matrícula na educação superior de graduação por categoria administrativa – Brasil 1980 - 2012



Fonte: INEP/MEC

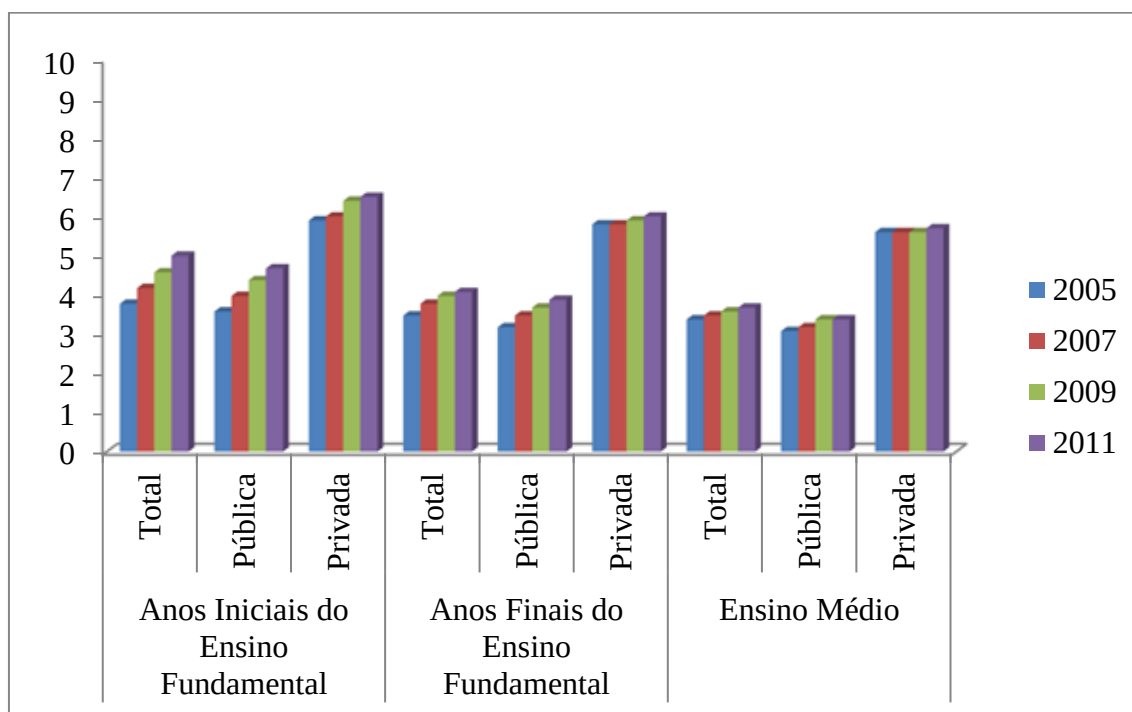
Gráfico 10. Evolução da matrícula na educação superior na rede pública
por categoria administrativa – Brasil 1980 – 2012



Fonte: INEP/MEC

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB, criado no governo Lula para medir a qualidade do ensino, teve o seu primeiro resultado em 2005, seguindo os anos de 2007, 2009 e 2011. Conforme o Gráfico 11, as escolas da iniciativa privada tiveram resultados em torno de 6, esse valor é o objetivo das escolas públicas até 2022, para atingir o patamar médio educacional dos países da OCDE. Nota-se uma evolução de aproximadamente 1 ponto em 6 anos, valor acima da meta estabelecida para o período.

Gráfico 11. Evolução dos resultados do IDEB



Fonte: Elaboração própria com dados da INEP

4.4 Estudo sobre a Taxa de Retorno da Educação no Brasil

Os autores Barbosa Filho e Pessoa (2008) calculam a taxa interna de retorno (TIR) da educação através da igualdade valor presente dos custos de um ano a mais de educação com o valor presente dos benefícios deste ano adicional de estudo, a mesma forma dos trabalhos de Mincer (1958), Schultz (1961) e Becker (1962). Foram utilizados em seus estudos dados obtidos na PNAD, Censo 2000, Pesquisa de Orçamento Familiar e INEP. Os resultados confirmaram que a educação é um investimento extremamente rentável em vista de elevadíssimas taxas observadas nas ultimas décadas.

Assim, a taxa interna de retorno média – média aritmética entre todas as TIR obtidas – é bastante elevada conforme tabela 1, aponta a existência do chamado “efeito diploma”, que aparece como retorno maior para o ano de educação que se completa um ciclo (em relação ao ano anterior), portanto com 4, 8, 11 e 15 anos de estudo.

Tabela 1. TIR Média (em %)

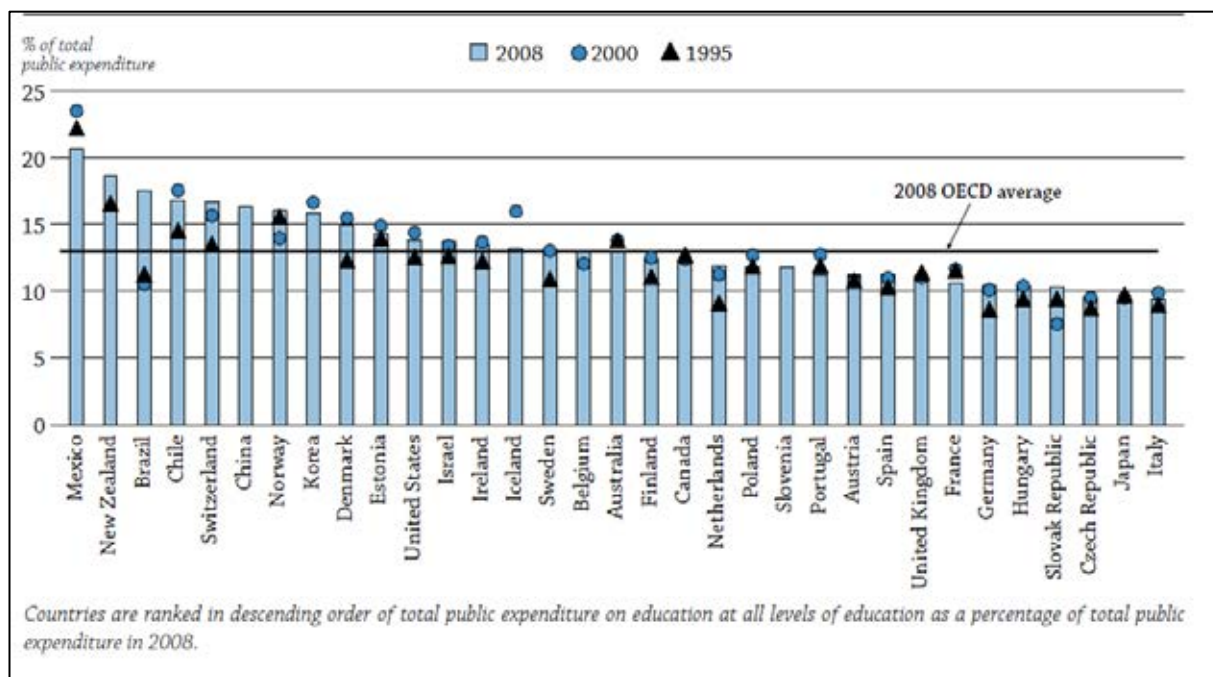
Escolaridade	30 anos	40 anos	50 anos
1	9,2	11,4	12,0
2	18,7	18,4	19,1
3	20,9	20,9	21,2
4	25,1	25,7	25,9
5	27,0	27,3	27,4
6	10,7	11,8	12,2
7	13,7	14,6	15,0
8	23,5	23,9	23,9
9	17,9	10,8	14,0
10	17,2	16,0	17,2
11	21,6	28,8	25,6
12	16,9	9,7	4,4
13	14,2	15,0	14,9
14	18,0	18,3	18,2
15	19,5	19,4	20,7
0 a 4	15,9	16,4	16,5
4 a 8	13,7	14,2	14,4
8 a 11	18,9	19,1	19,1
11 a 15	16,1	16,3	16,4
0 a 4	15,9	16,4	16,5
0 a 8	13,5	14,7	14,8
0 a 11	15,0	15,3	15,5
0 a 15	15,7	15,9	16,0

Fonte: Barbosa Filho e Pessoa (2008)

4.7 Comparativo Gasto Público em Educação no Brasil e no Mundo

Segundo o estudo de indicadores da OCDE (2011), *Education at a Glance 2011 - OECD indicators*, o Brasil é um dos países que mais investem em educação quando se compara a porcentagem do gasto publico total, conforme a Gráfico 12 apresenta:

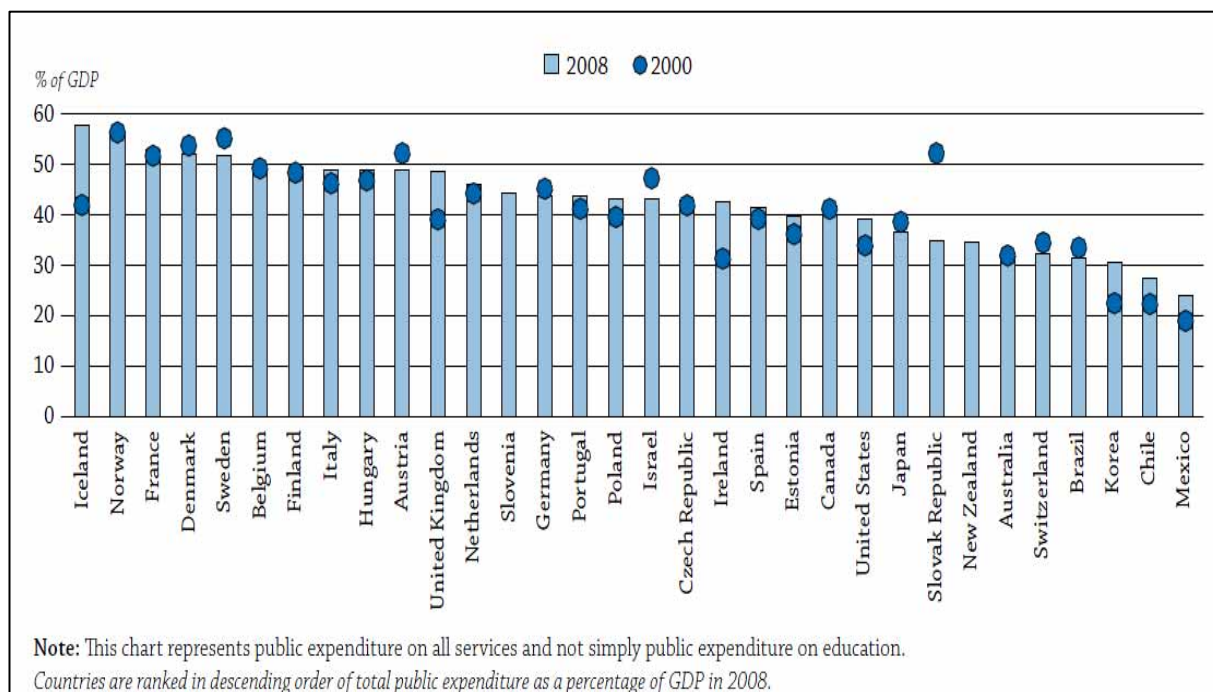
Gráfico 12. Percentual do Investimento em Educação em Relação ao Gasto Público Social
Comparação Internacional (1995, 2000, 2008)



Fonte: OCDE (2011)

No ano de 2008, a porcentagem aumentou cerca de 7%, ultrapassando a média dos países da OCDE e ficando em terceiro lugar no ranking dessa categoria. Também a porcentagem de gasto público em relação ao PIB, o país também se destaca estando entre os 30 primeiros, de acordo com a Gráfico 13.

Gráfico 13. Percentual do Investimento Público Total em Relação ao Produto Interno Bruto
Comparação Internacional (2000, 2008)



Fonte: OCDE (2011)

Isso não significa que o país tem um dos melhores níveis de educação mundial e na verdade é o inverso. Entretanto, esse aumento proporcional de investimento nessa área mostra uma maior atenção do governo em investir e de acordo com Barros e Mendonça (1997) o resultado não é imediato.

O nível da população adulta de um país é o resultado de décadas de investimento em educação, da mesma forma que o estoque de capital físico da economia é o resultado de décadas de investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura. BARROS E MENDONÇA (1997)

Acompanhar a evolução da educação é importante nesse momento, principalmente na qualidade do ensino oferecida, pois só dessa forma pode-se garantir uma sociedade com maiores níveis de conhecimento e assim maior desenvolvimento e capacidade de crescimento econômico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a educação brasileira através do histórico de políticas públicas aplicadas com base na Teoria do Capital Humano e incentivo de organizações Internacionais, constata-se uma evolução importante nos últimos anos.

O governo tem aumentado o investimento nessa área, chegando a ser um dos países com porcentagem maior em relação ao gasto público total entre os países da OCDE. Entretanto os resultados dessas políticas públicas não são imediatos, uma vez que ao investir em educação, os reflexos são sentidos muitos anos depois. Através de programas sociais, como Bolsa-Família e PROUNI, resultados mais rápidos já podem ser averiguados como: aumento matrículas e frequência quase total no ensino básico, maior oferta de vagas e matrículas no ensino superior.

Outro ponto relevante é a qualidade do ensino oferecido. Para mensurá-lo e como forma de identificar as dificuldades e os problemas educacionais enfrentados, o governo tem aplicado algumas avaliações como o SAEB, ENEM e Provão, para ensino básico, médio e superior, respectivamente. Além do PISA, uma avaliação de padrão internacional aplicada nos países membros da OCDE e convidados, cujo objetivo é criar um mecanismo de comparação dos níveis educacionais entre eles e formular políticas públicas adequadas.

A educação brasileira é ainda muito heterogênea tanto em regiões, como em etnias e renda, o que dificulta para o governo federal aplicar uma única política que contemple esses três tipos. Cabe uma relação de cooperação entre as esferas Federal, estaduais e municipais para que cada uma se adeque melhor à sua necessidade. A qualidade deve ser o principal foco para garantir um crescimento e desenvolvimento econômico e social mais vigoroso e sustentável, uma vez que quase todas as crianças e jovens já tem uma vaga em escolas. Incentivar professores, através de salários justos, fornecer melhores condições de trabalho com material e infraestrutura adequados, entre outros.

REFERÊNCIAS

AMBROSIO, Tereza. **Educação e Desenvolvimento: Inteligibilidade das Relações Complexas**. Academia das Ciências de Lisboa. Portugal, 2006.

BARBOSA FILHO, Fernando H.; PESSOA, Samuel A., **Educação e Crescimento: O que Evidência Empírica e Teórica Mostra**. Revista EconomiA, v.11, n. 2, p. 265-303, Brasília (2010).

BARBOSA FILHO, Fernando H.; PESSOA, Samuel A., **Retorno da educação no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 38, n. 1, 2008.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Pelo fim das décadas perdidas: Educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Texto para discussão 857. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, v. 17, Rio de Janeiro, 2002.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosana. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Texto para discussão 525. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, v. 8, Rio de Janeiro, 1997.

BECKER, Gary. *Investment in Human Capital: A theoretical Analysis Journal of Political Economy Part 2: Investmnet in Human Beings*, p. 9-49, 1962.

BENDRATH, Eduard A. **A educação como commodity: a política de organismos internacionais**. Colloquium Humanarum, v. 5, n. 1, p. 41-52, Presidente Prudente, 2008.

CALEIRO, António. **Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe?** . Economia e Sociologia, n. 84, p. 135 a 159. Évora 2007.

CARVALHO, Emerson R A. **Desenvolvimento Humano e Taxa de Retorno da Educação.** Estudos sobre a pobreza, Pensam. Real., Ano X, n 20, 2007.

CASTRO, Ana Célia et al. **Apresentação. Brasil em Desenvolvimento 2.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 11-16.

CASTRO, Cláudio M. **Educação no Brasil: Atrasos, Conquistas e Desafios.** Brasil : o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade, Paulo Tafner, editor. Rio de Janeiro, IPEA, 2006.

CEPAL. **O que é a CEPAL**, disponível em: www.cepal.org Acessado em: 20 ago 2014

FERREIRA, Sérgio G.; VELOSO, Fernando A. **A Escassez de Educação.** Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005, p. 378-399

FRANÇA, Marco Túlio Aniceto ; GONÇALVES, Flávio. **O sistema educacional Brasileiro e os mecanismos perpetuadores da desigualdade.** Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira, Belo Horizonte, 2006.

FRIGOTO, Gaundêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula: Um percurso histórico controvertido.** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial – 2005.

GONÇALVES, Bruno Setton. **A teoria do capital humano: uma abordagem microeconômica.** São Cristóvão. Universidade Federal do Sergipe, 2007.

GONÇALVES, Gustavo da Silva Cortes. **Educação e desenvolvimento econômico: Uma relação concisa.** Araraquara, 2008.

GONÇALVES, Vânia E.; MOSER, Ana Cláudia; THEIS, Ivo Marcos. **Assimetrias do desenvolvimento brasileiro recente: Ciência, tecnologia e desigualdades sócio-espaciais.**

V Encontro de Economia Catarinense, Florianópolis, 2011.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios 2011**, disponível em:

www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40

INEP. **Censo da educação Superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior> Acessado em: 18 ago 2014

INEP. **O que é o SAEB**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/saeb> Acessado em: 18 ago 2014

KILSZTAJN, Samuel. **O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica. O sistema financeiro internacional no pós guerra.** Revista de Economia Política, v. 9, n. 4, 1989.

LEAL, Carlos Ivan S; WERLANG, Sérgio R C. **Retornos em educação no Brasil: 1976/89.** Pesq. Plan. Econ., v. 21, n. 3, p. 559-574, Rio de Janeiro, 1991

MEC. **Ministério da educação**. Disponível em: www.mec.gov.br Acessado em: 18 ago 2014

MENEZES-FILHO, Naercio A. **A evolução da educação no Brasil e seu impacto no Mercado de Trabalho.** Artigo preparado para o Instituto Futuro Brasil, Campinas, 2001.

MINCER, Jacob. *Investment in Human Capital and Personal Income Distribution, Journal of Political Economy*, p 281-302, 1958.

MISKALO, Inês Kisil. **Soluções Educacionais para o Desenvolvimento Humano.** Educação: Teoria e Prática - v. 19, n.32, jan.-jun.-2009, p.37-55.

MORETTO, Cleide F. **O capital humano e a ciência econômica: algumas considerações.** Teor. Evid. Econ., v.5, n.9, p. 67-80, Passo Fundo, 1997.

MORETTO, Cleide Fatima. **Função minceriana de determinação dos rendimentos individuais: uma aplicação do método de variáveis instrumentais.** Teor. Evid. Econ., v. 8, n. 15, p. 47-65, Passo Fundo, 2000

NAKABASHI, Luciano; FIGUEIREDO, Lizia. **Capital Humano e Crescimento: Impactos Diretos e Indiretos.** Texto para discussão 267. UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 2005.

NETTO, Antonio Delfim. **Meio século de Economia Brasileira: Desenvolvimento e Restrição Externa.** Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005, p. 225-257

OECD. **Education at a Glance 2011: OECD indicators**, Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2011-en> Acessado em: 20 ago 2014

OLIVEIRA, Dalila A. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências.** RBPAE, v. 25, n.2, p. 197-209, 2009

ONU. **Conheça a ONU**, ONU. Disponível em: www.onu.org.br Acessado em: 20 ago 2014

PETRINI, G., FONSECA, R., PORRECA, W. **Pobreza, capital humano, capital social e familiar.** Memorandum, 19, p. 184-197, Belo Horizonte, 2010

PIRES, Valdemir. **Economia da educação: para além do capital humano.** São Paulo, Cortez, 2005.

PNUD BRASIL. **8 objetivos para 2015**, disponível em: <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>

Acessado em: 19 ago 2014

PNUD BRASIL. **Desenvolvimento humano e IDH**, disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> Acessado em: 19 ago 2014

PNUD BRASIL. **Programa das nações unidas para o desenvolvimento**, disponível em: www.pnud.org.br Acessado em: 19 ago 2014

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo, 2010.

SAUL, Renato P. **As raízes renegadas da teoria do capital humano**. Sociologias, ano 6, n.12, p. 230-273. Porto Alegre, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do “longo século XX” brasileiro**. Autores Associados, Campinas, 2004.

SCAFF, Elisângela A S. **Cooperação internacional para o planejamento da educação brasileira: aspectos teóricos e históricos**. R. Brás. Est. Pedag., v. 88, n. 219, p. 331-344. Brasília, 2007.

SCHULTZ, Theodore. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro, Zabar, 1973.

SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil**. Os desafios da educação no Brasil, p. 9-51, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2005.

TONON, Ivan Luis. **O papel da educação no desenvolvimento econômico e no surgimento do empreendedorismo**. XIX Congreso Latinoamericano y del Caribe Sobre Espiritu Empresarial, Florianópolis, 2008.

UNESCO. **Sobre a UNESCO no Brasil**, Disponível em: www.unesco.org.br Acessado em: 20 ago 2014

UNICEF. **Quem somos**, disponível em: www.unicef.org.br Acessado em: 20 ago 2014

USAID. **Missão Diplomática dos Estados Unidos Brasil**, Disponível em:

www.portuguese.brazil.usembassy.gov Acessado em: 20 ago 2014

WALTENBERG, Fábio D. **Teorias econômicas de oferta de educação: evolução histórica, estado atual e perspectivas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.1, p. 117-136, jan./abr. 2006.